

## **Ciências da Educação e Formação Profissional**

Joaquim Azevedo\*

Comunicação aos  
3<sup>os</sup> Encontros Luso-Franceses em  
Educação "Ciências da Educação e  
Decisões em Educação e Formação"  
promovido pela Sociedade Portuguesa de  
Ciências da Educação.

24 a 26 de Outubro de 1991, Porto

\*Director-Geral do GETAP - Gabinete de Educação Tecnológica, Artística e Profissional do  
Ministério da Educação.

## 1. Introdução

Agradeço o convite que me formularam para participar nestes Encontros Luso-Franceses. Ele constituiu uma oportunidade inesperada para pensar uma problemática nova e muito pouco reflectida entre nós.

Apenas consegui realizar uma primeira abordagem, à falta de qualquer tratamento sistemático de base, sobre a articulação entre as pesquisas das ciências da educação e as políticas de formação tecnológica e profissional(1).

Numa primeira parte abordarei as principais reformas políticas e inovações introduzidas no campo da formação tecnológica e profissional em Portugal na década de 80(2) e ainda as principais investigações produzidas pela comunidade científica, particularmente das ciências da educação, sobre esta matéria.

Com esta leitura pretende-se, por um lado, que a comunidade científica conheça melhor as principais medidas de política tomadas e debata as suas relações com a temática e, por outro, equacionar algumas das bases em que assenta a formulação das políticas de formação tecnológica e profissional.

Numa segunda parte, vamos discutir algumas questões que a leitura realizada proporciona. Cruzar a investigação e a decisão política revelou-se ser um percurso cheio de potencialidades. Embora não retire conclusões, porque não vou além de um ensaio de discussão claramente limitado a uma primeira análise, surpreende-me o leque de novos problemas que se abre.

Espero que seja de alguma utilidade tanto à comunidade científica, que revela tão grande desconhecimento da área, como à decisão política que se nutre das noções com que aquela opera para compreender o mundo.

Finalmente; uma advertência: o autor situa-se no campo da administração e da formulação das políticas educativas de formação tecnológica e profissional. Este ponto de observação condiciona, certamente, a análise que farei de seguida.

## 2. Principais medidas de política na década

Dentro do objectivo fixado, vamos situar e explicitar brevemente as principais medidas de política educativa com incidência directa no domínio do ensino tecnológico e da formação profissional ao longo da década de 80, em Portugal.

Seguiremos uma organização cronológica.

### 2.1. 1980 - Lançamento da acção - piloto de qualificação profissional de jovens

Esta experiência representou o embrião do sistema de aprendizagem em Portugal. À saída da escolaridade básica e obrigatória de 6 anos, os jovens com mais de 14 anos podiam seguir um plano de formação de 3 anos, englobando uma formação geral de 16 horas e uma formação tecnológica de 24 horas por semana. A formação decorre em alternância em quatro empresas, inicialmente, e depois em doze, empresas estas dispendo já de um centro de formação próprio.

No termo da formação o jovem recebe um certificado de aptidão profissional e uma equivalência escolar ao 9º ano de escolaridade.

Entre 1980/81, em que o modelo arrancou com 160 jovens, até 1983/84, ano em que o frequentaram 793 jovens, a experiência foi progressivamente desembocando numa arquitectura mais consistente de um modelo que se implantaria paulatinamente ao longo da década (3).

### 2.2. 1980 - Cursos de iniciação agrícola

Arranca também no dealbar da década a formação profissional no sector agrícola, dirigida a jovens agricultores. Estes tinham de possuir o 4º ano de escolaridade e acediam a uma formação de 600 horas. O curso viria a ser condição de acesso a fundos comunitários destinados ao desenvolvimento da agricultura.

Frequentaram os novos cursos 40 jovens em 1980, 70 em 1981, 154 em 1982 e 145 em 1983. Após 1986 o incremento foi muito veloz(4).

### 2.3. 1980 - Comissão Interministerial para o Emprego

Criada em Novembro de 1980, a Comissão Interministerial para o Emprego - CIME funciona junto do Ministério do Emprego e da Segurança Social e reúne todos os departamentos da Administração Pública que intervêm directa ou indirectamente nas políticas de emprego e de formação profissional.

Entre as suas atribuições consta a de assegurar a coordenação de todas as acções de formação profissional e das actividades desenvolvidas neste domínio podem salientar-se as seguintes: levantamento das estruturas de formação profissional no âmbito da Administração Pública, preparação da publicação da "Terminologia da Formação Profissional", primeiro com 23 termos e agora com 67, definição de prioridades e apoios a formandos e formadores para suportar as decisões políticas sobre formação profissional contínua, participação activa na fórmulação dos normativos, (publicados este mês), sobre enquadramento geral da formação profissional em Portugal e da formação profissional inserida no mercado de emprego(5), sobre informação profissional e certificação da formação profissional e, finalmente, preparação do Acordo de Política de Formação Profissional.

### 2.4. 1982/84/89 - Concertação Social e Formação Profissional

Em Março de 1984 foi criado o Conselho Permanente para a Concertação Social (Decreto-Lei nº 74/84, de 2 de Março), órgão consultivo do Governo para a política económica e social.

Tem composição tripartida, funciona na dependência da Presidência do Conselho de Ministros e visa favorecer o diálogo social e concertação entre o Governo, os trabalhadores e os empregadores.

A formação profissional viria a ser debatida neste forum e algumas medidas de política seriam por ele influenciadas, já no final da década.

Também junto do Instituto do Emprego e Formação Profissional (criado, com essa configuração, em 1982) funciona um Conselho de Administração, de composição tripartida, e a Comissão Nacional de Aprendizagem, com composição semelhante.

O Ministério da Educação também criou em 1989 um Conselho Consultivo de composição tripartida que funciona junto do organismo responsável pela concepção e coordenação do ensino tecnológico e profissional, o Gabinete de Educação Tecnológica, Artística e Profissional-GETAP.

Ao longo da década de 80 instituiu-se, assim, uma dinâmica de concertação social que teve incidências concretas na formulação das políticas de ensino técnico e de formação profissional e cujo expoente é a recente assinatura do Acordo de Política de Formação Profissional (30 de Julho de 1991).

#### 2.5. 1983 - Lançamento do Ensino Técnico-Profissional

Em Novembro de 1983(6) iniciou-se uma experiência de lançamento do Ensino Técnico-Profissional (ETP) no ensino secundário, após o 9º ano de escolaridade. Criaram-se dois tipos de cursos: profissionais, de um ano de duração seguido de seis meses de estágio e técnico-profissionais, de três anos de duração.

Arrancando com 225 alunos em 42 escolas secundárias, este modelo perduraria ao longo de toda a década e abrange no ano lectivo de 1991/92 perto de 33.000 jovens(7).

Inserido no ensino secundário, a par com a "via de ensino", o ETP cresceu com base nos cursos mais longos, mais próximos do modelo da via de ensino e conducentes ao diploma do 12º ano, além do diploma técnico.

#### 2.6. 1983 - Novo impulso na Orientação Escolar e Profissional

Com a criação do ensino técnico-profissional as escolas integradas na nova rede receberam o apoio de um psicólogo-conselheiro de orientação escolar e profissional. Assim se desenvolveu até hoje um apoio psicológico mais intenso e contínuo e práticas de orientação escolar e profissional abrangendo não só os alunos dos cursos do ETP mas também os do 9º ano de escolaridade.

Este novo impulso na Orientação Escolar e Profissional(8) veio reforçar aquele que já se processava nas escolas, do pré-escolar ao 9º ano de escolaridade, através dos peritos-conselheiros (cerca de 109, em 71 escolas, neste ano de 1983/84).

Complementarmente, nos centros de emprego que dispõem de serviços de orientação profissional e nos serviços centrais do MESS trabalham igualmente conselheiros de orientação profissional.

Na década de 80 a intervenção positiva dos psicólogos nas escolas viria a ser decisiva e seria responsável em grande parte pela recente criação dos Serviços de Psicologia e Orientação, em 1991.

#### 2.7. 1984 - Criação do sistema de aprendizagem (formação inicial de jovens em regime de alternância)

Pelo Decreto-Lei 102/84, de 29 de Março, deu-se início à implantação do sistema de aprendizagem. Baseado no modelo alemão e suíço de formação em alternância entre o posto de trabalho e o centro de formação, o sistema de aprendizagem começou por desenvolver uma oferta voltada para os jovens saídos do sistema escolar, com mais de 14 anos de idade.

A empresa é eleita como espaço privilegiado de formação: a formação geral ocupa 25% e a formação tecnológica 75% (incluindo a formação em posto de trabalho).

De 45 aprendizes em 1985 passou-se para cerca de 10.500 em 1990(9). Os diplomados por este sistema obtêm um certificado de aptidão profissional e uma equivalência escolar ao 9º ano de escolaridade (10). Dado o peso da formação em posto de trabalho o jovem recebe um subsídio de formação.

#### 2.8. 1985 - Formação em cooperação

Criou-se, em 1985, um regime jurídico de apoio técnico-financeiro a dar pelo IEFP a acções de formação profissional realizadas em cooperação com outras entidades. (Decreto-Lei nº 165/85 de 16 de Maio). O objectivo é a qualificação e o aperfeiçoamento profissional de jovens e adultos, desempregados ou activos em empregados, sempre em cooperação com outras entidades seja com a finalidade de responder a necessidades prementes de formação profissional sectoriais seja como respostas pontuais e específicas de entidades dos sectores público, cooperativo ou privado.

Este programa específico envolveu tanto os Centros de Formação Profissional estatais (13 em 1985) como os Centros Protocolares de Formação Profissional(10).

A procura deste dispositivo de formação reuniu 7.890 formandos em 1986 e 21.342 em 1989.

### 2.9. 1986 - 1990 - Explosão quantitativa da Formação Profissional Contínua

Desde 1986 que o MESS desenvolve um gigantesco esforço de qualificação profissional de jovens e de activos, com o apoio dos fundos comunitários.

Em 1980<sup>6?</sup> terão sido abrangidos 278.000 indivíduos e, só com intervenção directa do FSE, foram apoiados pelo MESS, em 1989, projectos de formação que envolveram 248.482 destinatários(11), 70% dos quais jovens com menos de 25 anos.

O próprio IEFP incentivou o surgimento de uma forte rede de centros de formação profissional que, em 1990, atinge as 45 unidades, sendo 25 Centros Protocolares, de gestão participada, e 20 Centros Estatais(12). Nesse mesmo ano estes centros formaram 38.282 indivíduos.

Este boom da formação profissional não foi, até hoje, coerentemente avaliado e, apesar disso, em 1989, no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio foram substancialmente alterados os dispositivos até então existentes e criado um conjunto de Programas Operacionais de enorme valor financeiro. A execução destes programas decorre, entretanto, até Dezembro de 1993.

Em 1990, os Programas Operacionais de formação profissional envolveram 132.020 formandos, 76% dos quais da Região de Lisboa e Vale do Tejo (13) e comprometeram cerca de 31 milhões de contos.

Estas acções são de curta duração e, na sua maioria, realizadas por empresas.

## 2.10. 1989 - Criação das Escolas Profissionais

Os Ministérios da Educação e do Emprego criaram, em 1989, um novo modelo de formação tecnológica e profissional inicial, as escolas profissionais (Decreto-Lei nº 26/89 de 21 de Janeiro). Estas novas escolas destinam-se a jovens possuidores do 9º ano de escolaridade, oferecem predominantemente cursos de três anos de duração, conferem uma qualificação profissional e uma equivalência escolar ao 12º ano.

Em 1989 funcionaram 50 escolas, com 2088 alunos e actualmente existem já 134 com perto de 12.500 jovens(14). A formação é de base escolar e os cursos repartem a sua carga horária em partes idênticas entre a formação sócio-cultural e científica, por um lado, e a formação tecnológica, teórica e prática, por outro (50%-50%).

As escolas profissionais são de iniciativa de instituições locais da sociedade civil (autarquias, empresas, associações, cooperativas, sindicatos, fundações, etc.) e gozam de autonomia administrativa, financeira e pedagógica.

Com a criação das escolas profissionais desenvolveu-se um novo modelo de formação tecnológica e profissional - a par do ETP - e ampliou-se consideravelmente a capacidade instalada para qualificação de profissionais de nível intermédio.(15)

## 2.11. 1982/1988-Criação de 2 estruturas centrais de coordenação e promoção da formação profissional

Em 1982 é criado o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) visando coordenar e executar uma política de formação profissional de activos e de jovens que abandonam a escolaridade obrigatória; em 1988 (D.L. 397/88) é criado o Gabinete de Educação Tecnológica Artística e Profissional-GETAP, integrado no Ministério da Educação, sendo-lhe atribuídas competências no âmbito da concepção, orientação e coordenação do sistema de ensino não superior, nas áreas da educação tecnológica, artística e profissional.

### 3. Principais linhas de investigação

A investigação produzida pela comunidade científica das ciências da educação sobre a formação tecnológica e profissional na década de 80 carece de um levantamento exaustivo. No entanto, aquele que pudemos realizar cedo nos revelou que essa investigação é diminuta.

Arriscamos apresentar uma listagem dos principais estudos realizados ao longo da década sobre a formação tecnológica e profissional em Portugal. É tão curta que se elenca.

**Principais estudos realizados na décadas de 80 sobre a formação tecnológica e profissional**

Autor ou organismo responsável	Área de análise/Título das publicações	Ano e local de publicação e editor
OCDE	Exame da política nacional de Educação - Portugal (análise geral que aborda a problemática do ensino técnico)	1984 Lisboa, GEP-ME
CEDEFOP (de autoria de Artur Mota, E. Marçal Grito e M. Cândida Soares)	Descrição do sistema de formação profissional	1985 Berlim, Cedefop
Sérgio Grácio	Política Educativa como Tecnologia Social As reformas do Ensino Técnico de 1948 e 1983	1986 Lisboa, Livros Horizonte
DGES-ME (de autoria de Joaquim Azevedo)	Avaliação da experiência do Ensino Técnico-Profissional (13 relatórios)	1988
CRSE - ME	Sistema Educativo e Formação Profissional  A educação tecnológica no Ensino Básico  Organização da formação profissional: resultados de um inquérito  Proposta global de reforma	1987  1988  1988  1988 Lisboa, GEP/ME
GEP - ME	Observatório de Entrada na Vida Activa (OEVA) - Jovens saídos do 12º ano via de ensino no ano lectivo de 1982/83. - Jovens saídos dos cursos profissionais do ensino secundário no ano de 1985. - Inquérito aos alunos saídos das escolas superiores agrárias.(há outros inquéritos em realização)	1987    Lisboa, GEP/ME
CEDEFOP (de autoria de Mário Pinto Augusto Monteiro e Margarida Abecassis)	O papel dos parceiros sociais na formação profissional em Portugal	1988 Berlim, Cedefop

GEP-ME	Acção-piloto de formação profissional nas empresas. Resultado dos inquéritos relativos ao 2º ano de funcionamento dos cursos (1981/82)	1983 Lisboa, GEP-ME
CDEE/CEE Rui Azevedo (Coordenador)	Formação profissional e desenvolvimento rural	1988 Porto, CDEE
CDEE/CEE Joaquim Azevedo (Coordenador)	Os quadros intermédios e os processos de modernização	1989 Porto, CDEE
José Matias Alves	Ensino Técnico-Profissional dos anos 40 aos anos 90: ideologia, organização, praxis	1989 Braga, Univ. Minho
MESS Departamento de Estatística	Inquérito às necessidades de formação profissional das empresas para - 1986 - o biénio 1989/90 - o biénio 1990/92	1990 Lisboa, MESS
Stoer, S. (et ali)	O novo vocacionalismo na política educativa em Portugal e a reconstrução da lógica da acumulação	1990 Revista Crítica de C. Sociais
Joaquim Azevedo e José Matias Alves	Ensino Técnico e profissional: dilemas, contradições e desafios: o caso português	1990 Madrid, Congresso da C.E.S.E.
José Alberto Correia	Escola, novas tecnologias e mercado de trabalho em Portugal	1990 Aprender, nº 11 Portalegre
PETRA/CEE Margarida Marques	Planificação da investigação em formação profissional	1990 CEE Lisboa

\* Falta recensar aqui todos os mestrados e doutoramentos que não foram dados à estampa e que seria porventura interessante conhecer.

## II Parte

Procurarei nesta segunda parte, conforme o previsto, propor um primeiro resultado do confronto entre estes dois universos: o da investigação e o da decisão política, no restrito campo da formação tecnológica e profissional.

Começo por referir alguns prismas através dos quais se pode desenrolar a apreciação do relacionamento entre aqueles universos. De seguida apresentarei alguns dilemas subjacentes e por fim deixarei algumas hipóteses de trabalho a desenvolver no futuro.

### 4. O confronto entre a investigação e a decisão política

Vislumbro alguns ângulos para apreciação deste confronto directo entre a investigação produzida e a decisão política empreendida:

a) de uma mera articulação entre campos se conclui, de imediato, que a maioria das medidas de política tem escapado directamente à reflexão e à pesquisa científica. O desajustamento é enorme e a ele talvez se subtraia, em parte, apenas o Ensino Técnico-Profissional.

b) quanto às instituições onde se produzem as pesquisas verifica-se haver um predomínio das organizações internacionais a que o Estado português se encontra vinculado e dos organismos da administração pública: OCDE, CEDEFOP/CEE, CDEE/CEE, PETRA/CEE e DGES-ME, CRSE-ME, GEP-ME, MESS.

Sérgio Grácio é o único investigador que, no quadro da produção teórica universitária, realizou estudos aprofundados sobre a temática.

c) quanto às temáticas abordadas constata-se um certo relevo dado ao lançamento do Ensino Técnico-Profissional em 1983 e às descrições do enquadramento legal e genérico em que se desenvolveram os vários dispositivos de ensino e formação.

Em dois casos há ainda uma perspectiva de avaliação do impacto desses dispositivos - avaliação do ETP e Observatório de Entradas na Vida Activa/OEVA. Em qualquer dos casos, é manifestamente precária a prática de interrogação do social a partir de núcleos de investigação, independentes dos organismos da administração que concebem e/ou executam as políticas.

d) quanto à relação entre os temas estudados e os debates sociais havidos ao longo da década sobre a formação tecnológica e profissional parece haver algum desfasamento, sobretudo no campo da formação profissional de activos, área em torno da qual se concentraram grandes preocupações sociais e políticas na segunda metade da década.

e) outros ângulos há em cuja análise valeria a pena investir e que o alcance desta breve análise não permite tematizar: que teorias estão subjacentes aos estudos realizados; que níveis e instrumentos de análise são mais usados; o que é que, de tudo o que se produziu, é já um dado adquirido, fora do quadro restrito de referência próprio a cada campo teórico de suporte; que abordagens da formação profissional estão implícitas e explícitas nos documentos oficiais; que sentidos revela o confronto de políticas de formação tecnológica e profissional,...

## 5. Alguns dilemas subjacentes

De entre alguns dilemas subjacentes a este confronto permito-me trazer a esta reflexão seis:

a) com todas as consequências que isso transporta, é necessário afirmar que a comunidade científica - nela destacando a das ciências da educação - pouco tem investido no conhecimento da formação tecnológica e profissional em Portugal, área que parece ter tido impacto social assinalável na década de 80.

b) uma primeira consequência do que ficou dito é que a realidade em análise é-nos revelada essencialmente pela via das administrações, nacionais e internacionais. O discurso predominante e a circulação de ideias não derivam, assim, tanto das pesquisas que mais eficientemente poderiam interrogar as políticas, mas, quase sempre, daquelas que mais depressa se enredam na justificação e na legitimação dessas mesmas políticas.

Não dispomos de uma "lógica científica" que se possa contrapor a uma "lógica administrativa" e que reformule oposições e convivências, autonomias e dependências, enriquecendo certamente alguns nutrientes da decisão política.

A complexidade do real deve levar-nos, eu diria quase amarrar-nos, a leituras complexas e multidireccionadas, a focagens e níveis de análise necessariamente diversos. Ora, a administração terá a iniciativa de estudar e investigar o que lhe aprouver, escolherá focagens que normalmente rotula de objectivas e imparciais, seleccionará metodologias essencialmente quantitativas para medir a eficiência, a fiabilidade e para proceder a validações internas e externas, tenderá a normalizar as análises e relegar para um segundo plano os sujeitos, os actores e o ecossistema envolvente, procurando prever resultados ou aferir resultados esperados e a aplicabilidade das soluções.

c) uma segunda consequência é a que conduz ao deserto social de ideias, de conceitos plurais e de valores capazes de sustentar as decisões políticas e, sobretudo, a sua legítima pluralidade.

Quem mais directamente perde com a ausência de pesquisa não será tanto a comunidade científica mas o nível da decisão política, mais apta a superar os paradigmas positivistas da análise social, que se vê acantonado a recorrer aos diversos tipos de "pragmatismo" que mais não são, muitas vezes, do que envergonhadas ausências de ideias (inovadoras).

A investigação científica, pressupostamente mais independente e liberta da vinculação institucional do nível da decisão política, mais apta a superar os paradigmas positivistas da análise social, poderia desempenhar um papel de desocultação e de explicitação de contradições latentes. Há certamente teorias diversas em confronto, que se tende a esconder sistematicamente e de cujo debate resultaria, provavelmente, uma acção política mais esclarecida e socialmente mais avisada. Não exactamente melhores políticas, portanto, mas uma outra consciência social e práticas certamente mais responsabilizantes.

d) tende a persistir entre nós uma dicotomia nociva que vê desenvolver-se, por um lado, um activismo (e um pragmatismo) administrativo) em que prevalece o fazer e o fazer sem avaliar o que se fez, o fazer porque os governos mudam e é preciso que algo de diverso se faça e, por outro lado, um academismo que persiste em pensar a realidade social a partir somente de postulados ideológicos e em fundar hipóteses -

e teses - sobre meras citações e referências teóricas respigadas e, quantas vezes, transpostas de outros contextos e sociedades e aplicadas mecanicamente.

Entre nós, esta tendência, como acontece, por exemplo, em França(16) prende-se, e é uma hipótese, com a centralidade atribuída, nas análises sociais da formação tecnológica e profissional, às teorias da reprodução. Por norma, as medidas de política analisam-se, neste quadro teórico, à escala da ordem social dominante e têm o mérito de exercer a crítica das "teorias positivistas da escola" e do funcionalismo subjacente. Mas, simultaneamente, revelam uma certa dificuldade em interrogar as diversas medidas de política na sua especificidade própria, a nível micro. Ora, a percepção da mudança da ordem social exige "descer" a níveis capazes de abarcar problemas como a didáctica da formação profissional, as lógicas predominantes na construção curricular, os tipos de aprendizagem, as relações de autoridade no campo da formação e outros.

e) é previsível que a manutenção do predomínio da "lógica administrativa" nas pesquisas sobre a formação tecnológica e profissional, aliada à persistência da aplicação macro das teorias da reprodução, não facilitem a análise quer de um certo número de "divergências" que radicam na autonomia do aparelho de formação-conteúdos, valores, representação, atitudes e disposições,- quer de novas relações pouco unívocas entre escolas e centros de formação e empresas.

f) é de salientar, finalmente, que o impacto dos estudos e relatórios das organizações internacionais, ou por elas encomendados, na formulação das políticas de formação nacionais deve ser enorme e até, em alguns casos, mais determinante do que a própria produção teórica nacional (caso, p.ex., do lançamento do ETP, em 1983. Ver nota 17).

## 6. Hipóteses de trabalho no futuro

Esta digressão por listagens e confrontos faz-me desaguar em duas hipóteses de trabalho futuro tendo em vista aprofundar a relação ciências da educação e formação tecnológica e profissional.

a) seria interessante e viável para um país de tamanho reduzido como o nosso, criar uma rede de informação que reúna relatórios, estudos, investigações realizadas e em curso sobre a formação tecnológica e profissional.

Este ano de 1991 - nomeadamente através da realização da Conferência Nacional "Novos rumos para a educação tecnológica e profissional" (cujas actas estão a ser publicadas), da efectivação de importantes estudos de avaliação de medidas de política como a aprendizagem e as escolas profissionais e da reactivação dos estudos do Observatório de Entrada na Vida Activa, e mesmo de um projecto de contratos de investigação que brevemente serão promovidos pelo GETAP - pode constituir o início de um período de mais fecunda produção por parte da comunidade científica.

As actividades da própria Secção de Orientação Profissional e Formação Profissional da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, que se iniciaram em 1991, surgem como outro trampolim nesse mesmo sentido.

b) ainda debilmente organizado, o campo da investigação sobre a formação tecnológica e profissional deveria estruturar-se e alargar-se para áreas em que houvesse mais confronto interdisciplinar - com prioridade para a economia/sociologia, por exemplo - e para novas abordagens no domínio das ciências da educação. Entre estas destacamos: educação comparada, economia da educação, a didáctica e a teoria dos programas, os métodos e as técnicas de educação, as ciências de avaliação, e, obviamente a sociologia da educação.

No âmbito das políticas de formação seria de investigar novas áreas como o papel do Estado, a relação formação-emprego, as teorias de suporte às políticas de formação.

Além disso, parece ganharem importância na detecção das mudanças sociais investigações que se dirijam a aspectos qualitativos mais micro como o impacto do emprego precário nas políticas da formação, o estatuto das profissões e a procura de formação profissional, a reestruturação dos sistemas de formação e a preparação para o trabalho, as estratégias familiares e as trajetórias juvenis, etc.

\*

Com esta revisão breve e incompleta, e considerando o contexto em que é comunicada, esperamos ter contribuído para despertar, na comunidade científica, o desejo de quebrar com a estagnação nos modos de interrogação das políticas de formação tecnológica e profissional.

## Notas

(1) Adopto sempre a designação formação tecnológica e profissional e não formação profissional por pensar que na tradição educativa nacional ela sintetiza duas realidades bem distintas, a saber, o ensino tecnológico, normalmente com carácter de formação regular, sistemática e inicial e a formação profissional, quase sempre não regular e contínua, fora da lógica escolar. Exclui-se o ensino superior.

(2) O artificialismo do corte "década de 80", talvez tão artificial como qualquer outro, não é assim tão ingénuo: nesta década se lançaram, e não antes, as principais medidas de política que condicionam hoje o panorama nacional da formação tecnológica e profissional.

(3) Em 1990, como adiante se verá, frequentam o sistema de aprendizagem cerca de 10.500 indivíduos.

(4) Número de formandos em Cursos de Agricultura

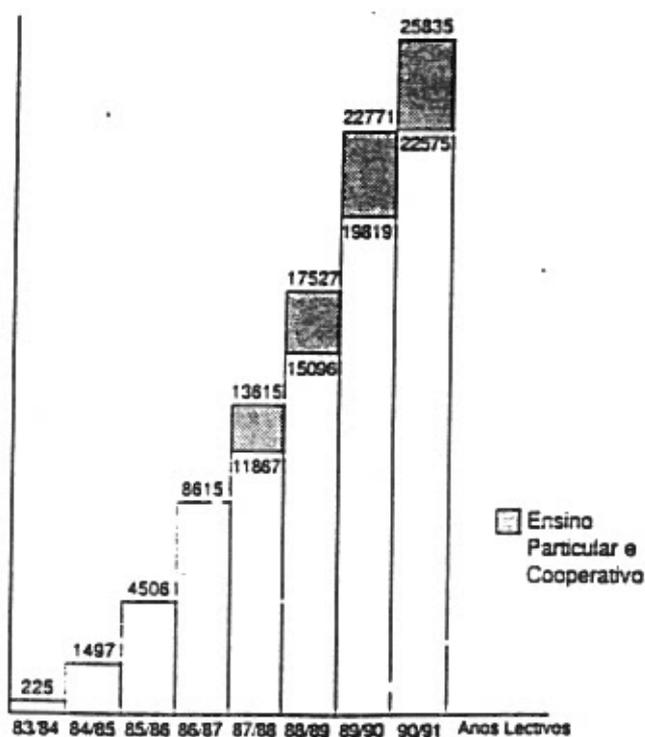
ANO	Em cursos geridos pelo MAPA	Em cursos geridos por organizações de agricultores	TOTAIS
1987	8.179	3.395	17.574
1988	9.612	5.206	14.818
1989	3.084	9.918	13.002
1990	2.000	6.450	8.451
TOTAL	22.876	24.969	47.845

(5) Respectivamente o Decreto-Lei nº 401/91 de 16 de Outubro e o Decreto-Lei nº 405/91 de 16 de Outubro.

(6) Despacho-Normativo 194-A/83 de 21 de Outubro

(7) A acrescentar a estes valores há ainda o arranque do ETP no ensino particular com 101 alunos e 3 escolas, em 1983.

A evolução das frequências dos cursos do ETP é a que se mostra de seguida no gráfico 1.



Fonte: GETAP/ME

(8)

**Evolução do número de Psicólogos e Conselheiros envolvidos na  
Orientação das Escolhas Profissionais (1983-1991)**

	Psicólogos Conselheiros	Peritos- -Orientadores	Total	Nº total de Escolas
83/84	21	109	130	116
84/85	59	103	162	118
85/86	105	101	206	272
86/87	135	105	240	273
87/88	139	128	267	233
88/89	144	117	261	235
89/90	170	130	300	261
90/91	210	124	334	288
91/92	211	124	335	-

Fonte: GETAP/ME

(9) O número de aprendizes evoluiu do seguinte modo:

Ano	Nº de aprendizes	Nº de empresas envolvidas
1985	45	2
1986	1339	114
1987	2500	500
1988	4837	870
1989	8049	1694
1990	10493	2796

Fonte: IEFP - Núcleo de aprendizagem

(10) Em 1990 iniciaram-se alguns cursos de formação em alternância para jovens possuidores do 9º ano de escolaridade que, após frequência de uma formação em 3 ou 4 anos, podem aceder a uma certificação profissional e a uma equivalência escolar.

(11) Projectos apoiados pelo FSE em 1989

TIPOS DE ACÇÕES	DESTINATÁRIOS	MONTANTES*
*Acções a favor de jovens com menos de 25 anos	174965	41634,4
*Acções a favor de pessoas com mais de 25 anos	36128	5409,4
*Acções não condicionadas pela idade	36842	11146,2
*Acções de carácter inovador	547	1317,7
<b>TOTAL</b>	<b>248482</b>	<b>59507,7</b>

Fonte: IEFP

\* milhares de contos

Nota: Estima-se que em 1990 as acções tenham abrangido 132.020 destinatários, envolvendo um montante de 31.102,4 milhares de contos.

(12) Formandos em Centros de Formação Profissional (1986-1980)

**FORMANDOS EM CENTROS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

PROGRAMAS	1986	1987	1988	1989	1990
C.F.P.G.D.	3227	2796	4334	6515	9576
C.F.P.G.P.	7890	16647	17392	21342	28674
<b>TOTAL</b>	<b>11117</b>	<b>19443</b>	<b>21726</b>	<b>27857</b>	<b>38250</b>

Fonte: IEFP

NOTA: Os Centros de Gestão Participada ou Protocolares - resultam da iniciativa de associações empresariais sectoriais que celebram protocolos com o IEFP tendo em vista a satisfação das necessidades de formação profissional do pessoal do respectivo sector

(13) Programas Operacionais de Formação Profissional (IEFP).  
Formandos em 1990

REGIÕES	FORMANDOS	AÇÕES	HORAS DE FORMAÇÃO	VERBAS
NORTE	21143	1696	6373313	4857,5
CENTRO	6443	476	5807656	2530,3
LISBOA E V. TEJO	100044	7993	24376440	21972,6
ALENTEJO	2158	177	242098	682,3
ALGARVE	1579	140	597216	578,1
REGIÕES AUTÓNOMAS	653	48	701675	481,7
TOTAL DO PAÍS	132020	10530	39098398	31102,4

Fonte: IEFP

(14) A frequência das Escolas Profissionais teve a seguinte evolução.

ALUNOS POR REGIÃO PLANO (2)

REGIÕES PLANO	ALUNOS QUE FREQUENTAM EM 1991/1992			TOTAL	%
	1º ANO	2º ANO	3º ANO		
NORTE	2691	1603	840	5134	37,3
CENTRO	1779	713	359	2851	20,7
LX.E VALE DO TEJO	2325	1268	540	4133	30,0
ALENTEJO	867	426	78	1371	10,0
ALGARVE	162	107	-	269	2,0
CONTINENTE	7824	4117	1817	13.758	100

Fonte : " Equipa de Projecto das Escolas Profissionais " - GETAP

(15) A criação de Escolas Profissionais progrediu, entre 1989 e 1991, ao ritmo que se revela no quadro seguinte:

ESCOLAS PROFISSIONAIS POR GRANDES REGIÕES SEGUNDO O ANO DE CRIAÇÃO

REGIÕES PLANO	ANO DE CRIAÇÃO						EP's CRIADAS TOTAL
	1989	%	1990	%	1991	%	
NORTE	25	50	19	39	9	26	53
CENTRO	9	18	5	10	13	37	27
LISBOA V. TEJO	14	28	15	31	11	31	40
ALENTEJO	2	4	8	16	2	6	12
ALGARVE	0	0	2	4	0	-	2
TOTAL	50	100	49	100	35	100	134

Fonte : " Equipa de Projecto das Escolas Profissionais " - GETAP

(16) Ver L'introuvable relation formation-emploi, sob a coordenação de Lucie Tanguy, La Documentation Française, Paris, 1986.

(17) Cf. O nosso trabalho: O lançamento da experiência pedagógica do Ensino Técnico-Profissional, Relatório nº 1, DGEBS-ME, 1987.